



ARAGUAÍNA-TO: CONSUMO E VULNERABILIDADE NUMA CIDADE MÉDIA NO INTERIOR DA AMAZÔNIA LEGAL

Miguel Pacifico Filho
Thelma Pontes Borges
Giliana Zeferino Leal Mendes¹
Paula Fernanda Carvalho de Godoi

Resumo: Araguaína é uma cidade média brasileira situada no interior da Amazônia Legal ao norte do estado do Tocantins. O objetivo desse trabalho é demonstrar como esta comporta-se como um centro de consumo inserido nas discussões envolvendo a chamada modernidade líquida, bem como na nova questão social pautada nas recentes modificações das relações de trabalho construtora de vulnerabilidades. Para tanto faz-se uma revisão teórica sobre os conceitos de cidade média, sociedade do consumo e zonas de vulnerabilidade, bem como trabalha-se com dados do IBGE, IPEA e SEFAZ/TO sobre a cidade de Araguaína. Assim por raciocínio indutivo percebe-se que apesar de ser uma cidade com dados de IDH-M e PIB altos, com forte presença de comércio e serviços, configurando a sociedade de consumo; números como os de pobreza e bolsa família permitem induzir que há forte vulnerabilidade em decorrência da estrutura social. Conclui-se que a cidade de Araguaína, apesar de distante de grandes metrópoles ou regiões consideradas mais promissoras economicamente, é também afetada pela lógica da contemporaneidade e das desestabilizações do mundo do trabalho.

Palavras-chave: Araguaína. Vulnerabilidade. Consumismo. Cidade Média.

1. Introdução

Pode-se afirmar que entre as muitas preocupações das sociedades europeias do pós-segunda guerra mundial encontra-se a questão urbana. Equacionar problemas relacionados aos movimentos migratórios campo-cidade, reconstrução das grandes metrópoles devastadas pelas incursões armadas bem como a alocação, organização e minoração dos impactos das novas configurações populacionais apresentaram-se como temas centrais das questões sociais daquele momento. Portanto, historicamente ancora-se as contemporâneas

¹ Discente do Curso de Mestrado Acadêmicos em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) pelo Código de Financiamento 001.



discussões acerca do planejamento urbano e atrelada a elas o tema das chamadas cidades médias de acordo com o que nos diz Amorin (2011, p.5):

a causa remota da preocupação com as cidades médias, na década de 70, encontra-se na Europa do pós-guerra, quando se manifesta a necessidade de uma nova forma de planificação: o *aménagement du territoire*. Embora o planejamento urbano-regional já existisse na Inglaterra desde o começo do século XX, essa forma de intervenção do homem sobre o território e a sociedade em que vive assume proporções novas na Europa, no período de reconstrução, sobretudo na França.

A contextualização histórica mencionada perfaz-se de significativa relevância para esse estudo na medida em que a década de 70 do século XX apresenta o nascimento de duas outras discussões às quais se pretende atrelar ao tema das cidades médias no presente estudo, a saber: Robert Castel (2015) e a vulnerabilidade a partir das novas relações de trabalho do pós segunda guerra mundial na Europa e seus desdobramentos para outras partes do mundo capitalista; e as proposições de Zygmunt Bauman (2001) para a chamada modernidade líquida que grosso modo seriam as transformações ocorridas na segunda metade do século XX, particularmente aquelas ocasionadas pelas chamadas novas tecnologias e os impactos da massificação da globalização nas economias regionais e locais.

De acordo com ambos os autores tais características imprimiram superficialidade e fugacidade nas relações interpessoais; e um conjunto de incertezas em decorrência da permanente instabilidade econômica torna-se característica permanente com reflexos diretos na fragilização das relações formais de trabalho construindo-se assim um quadro capaz de abrigar as mais diversas facetas da chamada vulnerabilidade social. Ressalte-se que o pano de fundo de todo esse cenário é o consumo alçado à categoria primeira de inserção e hierarquização social, proposição reafirmada pelos dois autores supracitados.

Pelo que foi exposto, o objetivo desse trabalho é demonstrar como uma cidade média, Araguaína – TO, comporta-se como um centro de consumo inserido nas discussões envolvendo a chamada modernidade líquida, bem como na nova questão social pautada nas recentes modificações das relações de trabalho construtora de vulnerabilidades. Para tanto recorre-se aos seguintes passos: num primeiro momento será apresentada a cidade de Araguaína, sua contextualização regional, e suas recentes colocações quanto à hierarquia dos municípios de acordo com o IBGE. Num segundo momento serão discutidas as referências teóricas para fundamentar consumo e vulnerabilidade de acordo com as proposições de Robert Castel (2015) e Zygmunt Bauman (2001). Num terceiro momento far-



se-a a exposição de indicadores sócio econômicos da cidade de Araguaína, demonstrando as contradições entre indicadores de desenvolvimento econômico e de desenvolvimento social, para tanto serão utilizados dados do IBGE, IPEA e SEFAZ/TO. Por fim, serão apresentadas as considerações finais sobre a temática.

2. Araguaína, uma cidade média na Amazônia Legal.

De acordo com o IPEA (2008) o termo Amazônia Legal é utilizado para designar uma área correspondente a aproximadamente 59% do Brasil constituindo-se de oito estados, a saber: Tocantins, Roraima, Rondônia, Pará, Amazonas, Mato Grosso, Acre e Amapá; foi instituído no ano de 1953 objetivando a delimitação de um território no qual seriam implementadas de políticas de estado desenvolvimentistas.

Inserido nesse contexto encontra-se o município de Araguaína; que completa 60 anos em 2019 e de acordo com informações do IBGE é a segunda cidade do estado do Tocantins em população; localiza-se na região norte do estado do Tocantins, conta com população estimada para 2018 de 177.517 habitantes (IBGE, 2018) e está distante 380 km da capital Palmas. Uma variável significativa para a problematização de diversas questões sociais presentes no município pode igualmente ser apontada por sua inserção na chamada fronteira agrícola, caracterizada pelo avanço nas últimas décadas dos chamados grandes projetos agrícolas monocultores. No que diz respeito à fronteira agrícola é possível apontarmos uma caracterização das relações sociais que nela se desdobram e que apresenta conexão com a proposta deste trabalho:

na fronteira, o camponês ainda vive relações econômicas, concepções de mundo e de vida centradas na família e na comunidade rural, que persistem adaptadas e atualizadas desde tempos pré-capitalistas. Ele, que ainda está mergulhado na realidade de relações sociais que sobrevivem do período colonial, se descobre confrontado com formas tecnologicamente avançadas de atividade econômica, do mundo do satélite, do computador, da alta tecnologia. E subjugado por formas de poder e de justiça que se pautam por códigos e interesses completamente distanciados de sua realidade aparentemente simples, que mesclam diabolicamente o poder pessoal do latifundiário e as formas puramente rituais de justiça institucional (MARTINS, 2016, p. 13).

Tal dinâmica materializa-se numa determinada faceta das relações sociais no Tocantins e em Araguaína quando se constata que tanto um quanto outro integram o chamado MATOPIBA, que abrange estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará e Bahia; cuja soma da área destinada aos grãos nos quatro estados deverá crescer 4,37% na safra 2014/2015,



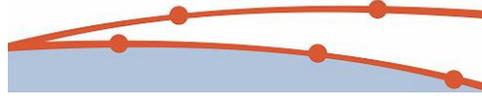
no comparativo com a safra 2013/2014, saltando de 7,322 milhões de hectares para 7,642 milhões de hectares, de acordo com a estimativa da Companhia Nacional do Abastecimento (Conab). Deve-se ressaltar que 38% da área do MATOPIBA pertence ao estado do Tocantins.

Em estudo publicado pelo CEDEPLAR em 2003 (GARCIA, 2003), cujo objetivo foi o de verificar as áreas de influência demográfica e econômico-demográfica no território brasileiro, o município de Araguaína foi classificado, a partir da observação da evolução dos dados ao longo das décadas de 80, 90 e 2000 do IBGE, como meso-pólo de influência. Cabe dizer ainda que o município faz fronteira com o sul dos estados do Maranhão, Pará, Piauí e oeste da Bahia, regiões reconhecidamente originárias de migração de mão de obra pouco qualificada para as mais diversas regiões de desenvolvimento econômico brasileiro. As variáveis que compõem essa atratividade são também acompanhadas, no contexto dos municípios amazônicos, de questões históricas envolvendo tentativas pouco eficazes de integração da região ao cenário nacional. Araguaína apresenta, como toda a região na qual está inserida, significativas carências no que diz respeito a saúde, educação e saneamento básico. A Região norte do país apresenta 21% da população composta por adolescentes e jovens e o número de filhos por mulheres é de 4,2 enquanto que para o restante do país esse número é de 2,9. De acordo com a pesquisa Síntese de Indicadores Sociais 2012, divulgada pelo IBGE, a média nacional de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler nem escrever é de 8,6%. Na região norte esse mesmo número sobe para 10,2%.

Objeto de estudos publicados por profissionais das áreas de Desenvolvimento Econômico, Demografia e Geografia (SANTOS, 2017; SODRÉ & RAMIRES, 2017), Araguaína é descrita como município portador de centralidade na Amazônia e que também apresenta características contraditórias:

as condições de expansão recente da fronteira agrícola mineral no Brasil permitiram que surgissem cidades intermediárias mais dinâmicas e, conseqüentemente, uma rede urbana regional mais adensada e mais complexa. Com a mecanização do campo e a conseqüente expulsão de parte da mão-de-obra para as cidades, esses processos foram intensificados. Trata-se de uma re-hierarquização da rede urbana com novas características, mas que mantém alguns traços de nosso subdesenvolvimento. (...) Araguaína se constitui como um importante centro regional na região de fronteira de expansão, onde as cidades médias têm um papel cada vez mais importante de articulação econômica (JUNIOR & NASCIMENTO, 2014, p. 1).

Em estudo publicado pelo IBGE (2008) intitulado Regiões de Influência das Cidades, menciona-se que numa relação comparativa deste estudo com uma versão similar publicada no ano de 1966, cuja preocupação primeira foi o de apontar o surgimento de centros urbanos



regionais, concluiu-se que os “centros que emergiram no período se localizam predominantemente nos Estados de Mato Grosso, Rondônia e Tocantins, no oeste do Amazonas e no sul do Pará” (IBGE, 2008, n.p.). Neste mesmo trabalho, ao verificar a rede urbana brasileira e a hierarquia dos centros urbanos, aponta-se o surgimento de um nível imediatamente subsequente ao metropolitano: o das chamadas Capitais Regionais. Neste último grupo encontram-se determinadas referências urbanas que no trabalho supracitado de 1966 recebiam a classificação em nível três, ou seja, o de centros sub-regionais. Encontram-se nesse grupo de movimentação ascendente, nas diversas regiões do país um conjunto de cidades do qual Araguaína faz parte, a saber:

são exemplos deste movimento ascendente, no Norte do País, Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Marabá e Santarém (PA), e Macapá (AP); no Nordeste, Imperatriz (MA) e Barreiras (BA); no Centro-Sul, Volta Redonda–Barra Mansa (RJ), Santos e São José dos Campos (SP), Cascavel (PR), e Dourados (MS). Casos mais extremos são os de Boa Vista (RR), de Araguaína (TO), de Ipatinga-Coronel Fabriciano-Timóteo (MG) e de Novo Hamburgo-São Leopoldo (RS), que saltam do quarto nível para o segundo, e o de Palmas (TO), criada em 1989, e também no segundo nível (IBGE 2008, p. 17).

Instituída no ano de 1959, Araguaína insere-se num contexto nacional observado a partir da década de 1950 em que se constata um acentuado crescimento populacional nas metrópoles brasileiras, que absorviam significativa parte das populações originárias das zonas rurais das mais distintas regiões do país. Nesse momento as denominadas cidades médias passaram a ser o destino de parte dos fluxos migratórios.

na década de 1970, como consequência do projeto nacional desenvolvimentista continuado pelo governo militar, que baseava-se no desenvolvimento urbano-industrial, mesmo privilegiando as grandes cidades, percebe-se a primeira tentativa de criar políticas para as então cidades médias (...). (CONTE & FRESCA, 2011, p. 195).

As discussões realizadas na Europa do pós segunda guerra mundial ganham eco no Brasil durante as três últimas décadas do século XX e coincidem aqui com a intensificação da industrialização e conseqüente intensificação dos movimentos migratórios em direção às metrópoles da região sudeste. Araguaína nessa contextualização conta com dois fatores que poucas décadas à frente lhe permitirão adentrar as discussões entorno das cidades médias: a abertura da BR 153 na década de 1970 e a emancipação do estado do Tocantins no final da década de 1980.

Um dos desdobramentos dessas políticas, tanto em termos de dinamização de um tipo de estrutura urbana quanto acerca de sua definição na esfera das discussões acadêmicas é



o surgimento de diversas referências em diferentes regiões do Brasil e que passam a ser observadas a partir da expressão cidades médias. Com características tão distintas quanto as regiões nas quais se encontram inseridas, observa-se significativos debates entorno de sua definição. Variáveis como contingente populacional e áreas de influência delimitadas por marcadores tão distintos quanto complementares tais como deslocamentos rodoviários em busca de educação, saúde, lazer e compras; são as referências entorno das quais os debates são desenvolvidos. Organismos internacionais apresentam as seguintes balizas:

um ponto que explica esta dificuldade em conceituar cidades médias encontra-se no fato de a dimensão populacional variar de acordo com a escala de análise. Com base na escala mundial, os valores são consideravelmente distintos, como por exemplo: a Organização das Nações Unidas (ONU) considera como cidades médias aquelas que possuem entre 100 mil e três milhões de habitantes, o VII Congresso Ibero Americano de Urbanismo considerou médias todas as cidades com 20 a 500 mil habitantes, enquanto a Comissão Europeia define como sendo cidades médias aquelas que possuem entre 100 e 250 mil habitantes (CONTE & FRESCA, 2011, p. 196).

Uma das consequências dessa indefinição é a forma como os diversos campos do conhecimento lidam com as variáveis apresentadas. Em determinados momentos reafirma-se tal indefinição ressaltando que há busca por consenso, ainda que circunscrita a determinadas áreas; é o que se observa no seguinte trecho:

não há uma definição cristalizada de cidade média, uma classificação que pudesse ser utilizada indistintamente pelos sociólogos, economistas, arquitetos, geógrafos, demógrafos, embora dentro de cada especialidade seja possível encontrar algum acordo sobre a matéria. (AMORIM FILHO & SERRA, 2001, p. 2).

Numa outra perspectiva é possível encontrar análises que ressaltam o papel dinamizador das cidades médias tanto a partir de sua indução à descentralização de recursos financeiros oriundos do governo federal quanto à afirmação de espaços de regionalização capazes de sustentar significativas dinâmicas econômicas através da prestação de serviços das mais diversas naturezas. Observa-se que “abriram-se novas alternativas, embora limitadas, de redistribuição de recursos federais, fugindo-se ao monopólio concentrador das grandes metrópoles” (STEINBERG & BRUNA, 2001, p. 60). Aponta-se o estabelecimento de um elo urbano-regional como fator de sucesso:

levanta-se a hipótese de que esse duplo processo de concentração e desconcentração está ancorado nas cidades médias porque elas são elos de ligação entre os espaços urbano e regional e entre os interesses públicos e privados. Acredita-se que essa simultaneidade de papéis é a explicação do



sucesso de tais cidades. O elo urbano-regional lhes confere papel de núcleos estratégicos da rede urbana brasileira (...) (STEINBERG & BRUNA, 2001, p. 71).

A conclusão de que são modelos bem-sucedidos não impede o debate no sentido de apresentar definições que se pretendem mais unívocas. Há propostas que questionam o termo cidades médias, propõem o avanço no sentido de unificar o debate e apresentam uma nova denominação. Um exemplo dessa perspectiva estrutura-se a partir dos seguintes argumentos e propõem o termo “cidades de comando regional”:

pretendemos apresentar uma alternativa denominal e conceitual para o agrupamento de cidades, qualificadas como médias. Colabora nesse objetivo, a identificação de outros novos elementos/critérios de análise que fundamentam o constructo conceitual, fato que soma contribuições para o avançar do debate sobre tais cidades, de fortes representações e expressividades, marcadamente regionais (...).As reflexões até aqui posicionadas, mais uma vez dão justificativas para contribuição a uma renovação nominal e conceitual que propomos como “Cidades de Comando Regional”, em detrimento do uso costumeiro acerca do termo médio/intermediário. É permitido por meio desta proposição, um sentido de cidade menos quantitativo e mais ativo/participativo, uma vez que lhe é exigida o cumprimento de um protagonismo de comando coletivo (LIMA, 2017, p. 3 e 10).

Cidades médias, cidades de comando regional; os debates evidenciam a vitalidade de estruturas urbanas capazes de dinamizar e centralizar significativas e diversas variáveis nos campos da economia, saúde e lazer em regiões do Brasil não vinculadas a metrópoles. Entendidas também como modelos bem-sucedidos no que diz respeito à descentralização tanto de investimentos da gestão federal quando da iniciativa privada, tais estruturas urbanas estruturam-se também num momento em que as relações de trabalho, de produção e de consumo se encontram em significativos processos de mudança.

O chamado Estado de Bem-estar Social apresenta seus primeiros sinais de declínio na Europa no início da década de 1990 (VICENTE, 2009). Somada a essa contextualização temos a perspectiva de leitura da chamada modernidade líquida de Bauman (2001), para quem a característica que se torna preponderante na segunda metade do século é a das relações sociais superficiais, pautadas no consumo e na fragilidade da formalização dos vínculos trabalhistas. Portanto, nossa proposição de leitura teórica para uma cidade média, Araguaína - TO, encontra-se baseada na centralidade do consumo e na consequente fragilização de indicadores sociais.



3. Sociedade do Consumo e Zonas de Vulnerabilidade

Bauman (2001) conhecido sociólogo polonês nos oferece uma série de debates acerca da contemporaneidade, demonstrando sobretudo o quanto no mundo, as relações e coisas, perderam o caráter de durabilidade e profundidade, deixando no lugar a efemeridade e a liquidez. Assim, podemos pensar na incapacidade de manutenção de relações duradouras, na dificuldade em perceber o todo e não somente os detalhes e também na obsolescência programada de tudo que é comprado, gerando a necessidade permanente de trocar os objetos de consumo adquiridos.

A dinâmica da modernidade líquida proposta pelo autor, afeta os modos de ser e fazer, produzindo uma lógica de repetição, a fim de diminuir as angústias produzidas pela dinâmica de uma sociedade estabelecida pela voluptuosidade. Ainda como característica da contemporaneidade há que se falar da fugacidade como tudo acontece e é trocado a partir daquilo que é ditado pelo enxame, ou seja, faz-se e compartilha-se o que todos fazem e veem numa velocidade imperceptível.

É nesta ótica que Bauman (2008) irá demonstrar como partimos de uma sociedade de produtores, que tinha como norte a firmeza e solidez para uma sociedade de consumidores, que se retroalimenta justamente das características da modernidade líquida, impondo um padrão de consumo tal, que as próprias pessoas acabam por virar mercadoria na sociedade.

Ser mercadoria na sociedade atual é se vender em aplicativos de vídeos e de mensagens, deixando explícito suas qualidades e sua capacidade de ser vendável, independente disto alterar e/ou produzir identidades ou subjetividades deterioradas. Para Bauman (2008) a mercadoria é objeto de consumo, este último por sua vez é conceituado como a atividade individual do sujeito em comprar no seu cotidiano. Por sua vez, o consumismo é uma particularidade da sociedade, que em sua totalidade se qualifica em torno do ato de consumir. Neste caso, não se busca por bens duráveis e seguros, pois isto é típico de um presente e futuro estável, mas objetos de consumo que renovam o tempo todo o desejo de querer cada vez mais.

A sociedade do consumo se adere a modernidade líquida com todas as suas prerrogativas, colocando em xeque a necessidade de aspectos estruturais e permanentes em detrimento do efêmero, volúvel e mutável. Comprar torna-se uma oportunidade única, que se renova com cada novo presente. É a fixação no presente palimpsesto, ou no tempo pontilhado, que se vai de um evento a outro, sem continuidade, sem história, sem passado. É



uma sucessão de novos momentos, que se renovam deixando para trás o que acabou de se adquirir. Tudo é substituível. “Para atender a todas essas novas necessidades, impulsos, compulsões e vícios, [...] a economia consumista tem de se basear no excesso e no desperdício” (BAUMAN, 2008, p. 53).

Efemeridade, rapidez, narcisismo, solidão, presente contínuo, todos elementos que compõem a contemporaneidade e se unem ao excesso de informação circulante, como cacos que não se juntam para produzir conhecimentos de si, do outro ou do mundo atual.

Talvez já não sejamos mais capazes de formar uma opinião pública, mesmo que tenhamos a liberdade de apregoar livremente as opiniões privadas, reduzidas a pílulas e lançadas globo afora em milhares de tuítes diários; e mesmo que estejamos até o pescoço num mar de comentários e estilhaços de percepções urdidos em brincadeiras, trocadilhos, invectivas e aforismos (BAUMAN, 2016, p.13).

Informações recheadas de propagandas, geradas por algoritmos, que conseguem captar justamente o desejo individual e provocar a falsa ilusão de felicidade, para tanto, basta adquirir o objeto indicado (BAUMAN, 2003, 2005).

A sociedade do consumo cobra seu preço, que é consumir; não há para ela outro modo de existir a não ser atendendo seus preceitos. Não conseguir é imediatamente concebido como fracasso pessoal e não gera conscientização de padrões sociais estabelecidos historicamente. Assim, como expõe Bauman (2005), são indivíduos que não se ajustam a tal dinâmica constituem as “subclasses” e são desinteressantes para a sociedade.

Na era do consumismo cabe ao Estado somente a submissão ao mercado e a reafirmação do lugar do consumidor, retroalimentando a cultura do consumismo e objetivando a identidade-mercadoria humanas. Numa sociedade em que cada um é responsável por si mesmo, ficam muitos de fora, conhecidos como os inimpregáveis, se enquadram na zona de exclusão definida por Castel (2015). Quando o conceito de cidadania é substituído pelo de consumidor, não há que se falar em liberdade de escolhas ou de decisões conscientes sobre a vida ou a sociedade. Criamos um paradoxo, que é liberdade para comprar e limitações para estabelecer padrões de cidadania (BAUMAN, 2005). Este paradoxo até o momento é rentável, mesmo gerando inúmeras sequelas individuais e sociais.

Tal momento, que se arrasta como areia movediça, gerando incertezas e medo nas pessoas, é denominada por Bauman (2016, p. 9) como interregno



[...] um espaço e um tempo estendidos, móveis, imateriais, sobre os quais reina o princípio da heterogeneia de fins, talvez como nunca antes. Uma desordem que é nova, mas ainda assim babélica.

Como os espaços encontram-se desmaterializados e instáveis, a democracia também sofre suas intempéries, uma vez que todos nos sentimos vulneráveis e frágeis frente a sociedade, enquanto ser humano e enquanto humanidade. Bauman (2016, p.13) adverte que quando “somos expostos as mesmas misérias que poderíamos esperar de um país sem governo”, as poucas estruturas ainda existentes tendem a corroer e sucumbir, assim na modernidade a democracia está em pleno ataque e submetida ao todo poderoso mercado. Por ter sido rompido o pacto Estado-cidadão, em que um protege e o outro cede parte de sua liberdade, é possível falar de uma indiferença política ou até de busca de soluções extremas e que remontem a ideais ortodoxos.

Temos, dessa forma, um desmoronamento do conceito de ‘público’, criando um vazio democrático, em que poucos momentos as pessoas conseguem ventilar coletividades (BAUMAN, 2000). Este contexto faz com que a população não sirva de mediadora da ação dos governos e vice-versa, proporcionando uma possível catástrofe anunciada de submissão as relações financeiras e exclusão em massa das populações, com crises humanitárias e migrações.

Consequência direta desse cenário instalado é a insensibilidade moral, determinada pela incapacidade de perceber e reagir ao sofrimento de outros e que se espalha por toda a população como marca da subjetivação da sociedade do consumo. Qualquer dor deve ser neutralizada organicamente com medicamentos e não com ações sociais. “Com a negligência moral crescendo em alcance e intensidade, a demanda por analgésicos aumenta, e o consumo de tranquilizantes morais se transforma em vício...” (BAUMAN, 2014, p.24). A dor moral extirpada permite a invisibilidade do mal social produtora de todos os tipos de rupturas, das emocionais às sociais, das políticas às democracias.

Tal ruptura já vem sendo anunciada pelo sociólogo francês Castel (2015) em seu livro *As metamorfoses da questão social*, no qual define as severas fragilidades da coesão social gerando inúmeras vulnerabilidades e desfiliação a partir do esgarçamento do emprego. O conceito de trabalho para Castel (2015) estende ao de produção, e é visto também como responsável pela constituição das múltiplas relações sociais, familiares e afetivas. Na sociedade atual é pela via do trabalho que estabelece as identidades individuais e grupais, a vida social e coletiva, assim a perda do emprego repercute muito além das questões



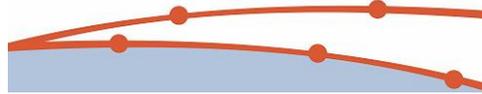
econômicas. Pelo fato de o trabalho produzir forte senso identitário, é por ele que se constituem os laços sociais, religiosos e de pertença ao mundo.

A saída do mundo do trabalho, acaba por fragilizar e até aniquilar o acesso ao bem-estar social por perdas de direitos como saúde e/ou escolas melhores, além do status social conquistado pela posição ocupada. É sabido por todos do aumento do desemprego no Brasil, a inserção em trabalhos precários e informais, a substituição do trabalho humano por tecnologias, a diminuição da produtividade. Todos estes fatores não diminuem numa sociedade do consumo, na verdade, as mazelas encontradas nela se somam a decadência da sociedade salarial, ofertando um caldo de problemas sociais severos. As cidades médias, por terem assumido a função de disseminação do capitalismo e da globalização para centros menores, acaba por produzir os mesmos aspectos de exclusão e fratura social vistos nos grandes centros comerciais e nas megalópoles, como demonstraremos mais adiante.

A questão social, hoje, coloca-se basicamente a partir da produção e distribuição de riquezas. Traduz-se pela erosão dos sistemas de proteção social, pela vulnerabilidade das relações sociais e pelo questionamento da intervenção estatal (BELFORE-WANDERLEY, 2013, P.7).

Mais que o desemprego, torna-se essencial pensar o quanto a submissão à estrutura do mercado vem produzindo inúmeras vulnerabilidades, potencializando os “inimpregáveis” ou “sobrantes” do arranjo social (CASTEL, 2015). A diminuição do Estado nas mediações das relações de trabalho e a ausência de políticas de bem-estar social acabam por intensificar a severidade de tal situação. Cabe questionar o quanto aquilo que garante a coesão social aguenta antes de estourar, em outras palavras, como saber o nível capaz de fraturar a sociedade se já é possível verificar migrações em massa, aumento de violência, busca por estruturas políticas mais tradicionais a fim de retomar alguma estabilidade?

Castel (2015) apresenta a estruturação social a partir de três zonas, que juntas e em fluxo garantem a coesão social e manutenção do status quo. A começar pela zona dos incluídos, que envolvem aqueles com alto poder econômico, humano, cultural e social e que possui, pela lógica capitalista, acesso a bens e serviços, em sua maioria, são responsáveis pelo emprego produtivo de alta qualidade. A zona de vulnerabilidade, na qual encontra-se grande parte da população, caracteriza-se por mão de obra pouco qualificada que se transmuta de empregos a subempregos, garantindo apenas a manutenção básica da vida, como consequência baixo capital cultural, educacional e social e pouco ou nenhum acesso a bens e serviços. E nas zonas de desfiliações, impera o desemprego ou subemprego, com baixa



capacidade de manutenção da vida e sem acesso a serviços básicos. O equilíbrio desta estruturação social deve-se a manutenção de um número de desfiliaados que troca de posição permanente com os da zona de vulnerabilidade, da mesma forma que ocorre circularidade dessa última com a zona de integração.

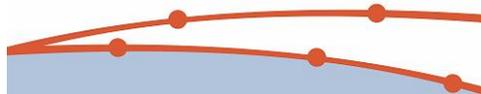
Castel (2015) alerta que esta situação está em risco de desmoronamento em função da descaracterização da sociedade salarial, da diminuição do estado de bem-estar social e do aumento das definições a partir da lógica mercadológica. Desta forma a modernidade líquida é marcada por vulnerabilidade social de massa com riscos severos de uma total ruptura no modelo social atual.

Temas como emprego/desemprego, cidade/rural, homem/mulher, indígena, racial perpassam todo debate acerca da condição social, bem como assuntos de saneamento básico, moradia, saúde, entre tantos outros (BELFORE-WANDERLEY, 2013). Assim compreender a sociedade atual, com as características de consumo e de coesão social, pedem por olhar para estas outras fontes afim de aumentar a visão da lupa e calibrar as possíveis análises.

4. Araguaína em Dados

De acordo com as discussões apresentadas até aqui propõe-se uma leitura para Araguaína a partir de sua inserção no conjunto das discussões relacionadas às chamadas cidades médias. Associa-se à essa discussão suporte teórico capaz de contextualizar o segunda metade do século XX e a primeira década do século XXI como períodos marcados pelas transformações no mundo do trabalho (Castel, 2015) e no estabelecimento das relações de consumo como mediadoras das relações sociais (Bauman, 2008). Como forma de fundamentar essa proposta interpretativa, passa-se a expor dados socioeconômicos referentes a Araguaína e que demonstram determinadas contradições diretamente vinculadas às reflexões teóricas apresentadas.

No que diz respeito à economia, Araguaína ocupa a segunda posição no ranking do Estado do Tocantins quando visualizamos sua performance econômica, particularmente se observarmos seu produto interno bruto.

**Tabela 1 - PIB e PIB per capita e colocação do PIB no Estado - 2008 a 2014**

Ano	PIB (1.000 R\$)	PIB - per capita anual (R\$)	Colocação do PIB no Estado
2008	1.466.466,70	12.310,01	2
2009	1.695.273,21	14.170,14	2
2010	1.980.667,65	13.158,83	2
2011	2.139.827,56	13.953,79	2
2012	2.434.281,10	15.592,07	2
2013	2.887.138,78	17.594,53	2
2014	3.053.584,53	18.265,69	2

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração: Secretaria do Planejamento e Orçamento/Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas (SEPLAN – TO). Disponível em: <http://www.sefaz-to.gov.br>

Observa-se que o PIB do município praticamente dobra entre os anos de 2008 e 2014, fato que não ocorre com o PIB per capita embora este último também apresente significativo crescimento. O que chama a atenção é o fato de que Araguaína ocupa entre os 139 municípios do Tocantins a segunda posição, ou seja, há considerável representatividade econômica.

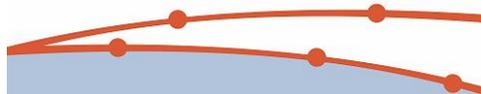
No que diz respeito à arrecadação tributária, a despeito de ser propagandeada como a “Capital do Boi Gordo”, numa alusão direta a uma suposta intensidade dessa atividade econômica; há preponderância dos setores diretamente relacionados ao consumo, ou seja: comércio, indústria e prestação de serviços.

Tabela 2 - IPM – Índice de Participação dos Municípios 2019

Município	atividade	atividade	atividade	atividade	atividade
Araguaína	Pecuária	Agricultura	Comércio	Indústria	Prestação de Serviços
	107.821.212,82	34.499.925,49	714.585.588,65	714.585.588,65	33.675.679,78

Fonte: SEFAZ – TO. Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins. Disponível em: <http://www.sefaz-to.gov.br>

Percebe-se que o sistema econômico que se apresenta como o segundo mais significativo no Estado do Tocantins tem seus alicerces naquelas áreas que possuem relação direta com as atividades de consumo. As atividades de comércio superam a pecuária em mais de seis vezes; em relação á agricultura esse número sobe para 21 vezes. A prestação de serviços, setor predominantemente urbano apresenta números praticamente semelhantes à



agricultura; demonstrando indiretamente que há intensidade nas relações de consumo. Assim, a capital do boi gordo, é na verdade a capital do comércio e serviços, e o viés rural é marcadamente urbano pelos dados apresentados.

Considerando-se outra variável, o IDHM, índice de desenvolvimento humano municipal em sua evolução ao longo dos anos de 1991, 2000 e 2010, constata-se um primeiro descompasso em relação à variável PIB, ou seja, a cidade já não ocupa mais o segundo lugar.

Tabela 3 - IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) - 1991, 2000 e 2010

Índices	1991	2000	2010
IDH - M	0,451	0,580	0,752
IDHM - Longevidade	0,647	0,708	0,821
IDHM - Educação	0,230	0,431	0,712
IDHM - Renda	0,616	0,638	0,727

Fonte: PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/ Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração: Secretaria do Planejamento e Orçamento/Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. Disponível em: <http://www.sefaz-to.gov.br>

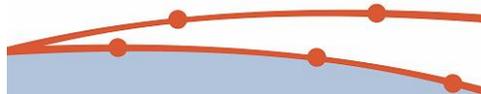
Numa perspectiva comparativa, de acordo também com dados disponibilizados pela SEFAZ – TO; em relação todos os 139 municípios do estado do Tocantins, Araguaína ocupa a 4ª posição. Ou seja, embora ainda se apresente entre as cidades com melhores índices, a segunda posição observada para o PIB, não se sustenta para o índice de desenvolvimento humano municipal. As três tabelas acima demonstram que o desempenho econômico é capaz de se destacar e sustentar a discussão de cidade média para Araguaína no Tocantins.

A dinâmica econômica apresentada acima traduz-se em consumo num dos setores mais emblemáticos do capital, a indústria de veículos automotores. Os dados abaixo demonstram o crescimento da frota de veículos em Araguaína entre os anos de 2008 e 2016. Cabe dizer que o crescimento entre os dois anos limítrofes da tabela é de aproximadamente 100%.

Tabela 4 - Frota de veículos no município de Araguaína - 2008 a 2015.

Ano	Número de veículos
2008	52.002
2009	59.088
2010	67.087
2011	73.853
2012	80.832
2013	88.337
2014	95.737
2015	102.299
2016	106.226

Fonte: Denatran - Departamento Nacional de Trânsito. Elaboração: Secretaria do Planejamento e Orçamento/Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas Posição em dezembro de cada ano. Disponível em: <http://www.sefaz-to.gov.br>.



Num ângulo comparativo, segundo o SINDIPEÇAS – Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores - a relação entre a população residente no Brasil e a frota de veículos automotores apresentava a correlação de 4,8 habitantes por veículo no ano de 2017. O município de Araguaína apresenta uma relação sensivelmente mais elevada, com 1,10 veículo para cada habitante residente.

As quatro tabelas acima demonstram vigor econômico e pujança da cidade de Araguaína. No entanto, a vivência cotidiana no município nos apresenta percepções que nos solicitam uma interpretação capaz de abarcar as muitas desigualdades visíveis no dia a dia. As tabelas a seguir apresentarão os níveis de desigualdade social presentes no município. Nesse sentido os próprios mecanismos de estado nos apresentam dados mais pormenorizados a respeito da atividade econômica quando demonstram a renda apropriada para os diversos estratos da população.

Tabela 5 - Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População - 1991, 2000 e 2010

Estratos da população	1991	2000	2010
20 %	2,85	2,73	3,42
40 %	8,38	8,97	10,41
60 %	17,25	18,90	21,43
80 %	32,77	35,49	38,76
20 %	67,23	64,51	61,24

Fonte: PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/ Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <http://www.sefaz-to.gov.br>.

Observa-se considerável concentração de renda quando se constata que apenas 20% da população concentra mais de 60% da renda do município. Ou seja, há desenvolvimento econômico concentrado em reduzidas parcelas da população. Nesse ponto do texto cabe uma pergunta, seriam as cidades médias reproduções interiorizadas e em menor escala das dinâmicas socioeconômicas das grandes metrópoles?

Dados de natureza similar aos apresentados na tabela acima podem ser encontrados entre os marcadores para pobreza no município.

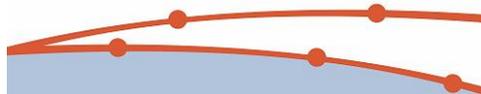


Tabela 6 - Famílias com Rendimento Mensal Familiar até 1/4 do Salário Mínimo (pobreza extrema), até Meio Salário Mínimo (pobreza absoluta) e até 1 Salário Mínimo (pobreza) 1991, 2000 e 2010.

Situação das famílias	1991	2000	2010
Total de Famílias	-	30320	43847
Em condição de pobreza extrema (%)		16,29	10,29
Em condição de pobreza absoluta (%)		35,77	33,39
Em condição de pobreza (%)		64,46	65,80

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo Demográfico 2000 e 2010
Elaboração: Secretaria do Planejamento e Orçamento/Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. Disponível em: <http://www.sefaz-to.gov.br>.

Os dados da tabela acima demonstram que a maioria absoluta da população da cidade é diretamente atingida pela pobreza. Constata-se também indiretamente a concentração da renda. Afirma-se os dados acima também por sua correlação com aqueles que serão expostos a seguir e que dizem respeito à atuação de um dos mais eficazes sistemas de transferência de renda e combate à pobreza: o Programa Bolsa Família. Entre os anos de 2008 e 2016 o número de famílias atendidas chega próximo de dobrar, ou seja, se o PIB do município cresce ano a ano o alcance de um programa social cresce igualmente. Nos parece possível apontar significativa contradição nesse ponto.

Tabela 7 - Número de Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família - 2008 a 2016

Ano	Número de famílias
2008	7.160
2009	9.330
2010	9.070
2011	9.210
2012	9.940
2013	10.946
2014	12.256
2015	11.586
2016	12.590

Fonte: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, DATASOCIAL. Elaboração: Secretaria do Planejamento e Orçamento/Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. Disponível em: <http://www.sefaz-to.gov.br>.

Um último conjunto de dados diz respeito a educação e equipamentos de urbanização; todos eles foram extraídos do IBGE – Cidades. No ano de 2015, os discentes matriculados aos primeiros anos da rede pública de Araguaína alcançaram a média de 5.5 no IDEB. Os números obtidos por aqueles alunos matriculados nos últimos anos a nota foi de 3.7. Estabelecendo comparação com as demais cidades do Tocantins, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 10 de 139. Considerando a nota dos alunos dos anos



finais, a posição passava a 72 de 139. Ou seja, não se repete na educação a mesma performance observada para o PIB e para o IDHM.

Sobre a variável equipamentos de urbanização, novamente não se observa performance similar às variáveis econômicas: a cidade dispõe de 15.8% domicílios com acesso a esgotamento sanitário adequado. Considerando a variável arborização, apresentam-se 76.9% das residências localizadas em vias públicas com arborização. Quando se busca por instrumentos de urbanização mais diversificados os números são: 5.9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada com as respectivas presenças de: bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio. Numa comparação com outros municípios do estado do Tocantins fica na posição 67 de 139, 80 de 139 e 8 de 139, respectivamente. Portanto, constata-se que são posições muito distintas daquelas apresentadas pelos indicadores de base econômica.

5. Considerações Finais

Com o intuito de demonstrar que a cidade de Araguaína se qualifica enquanto cidade média e suas prerrogativas caracterizando a expansão do crescimento capitalista para além dos grandes centros populacionais metropolitanos, organizou-se esse texto a fim de demonstrar as contrariedades existentes marcadamente por um lado pela pujança do consumo, averiguado nos dados do comércio e venda de veículos, e por outro pelas precariedades sociais que aparecem nas informações de pobreza, saneamento, entre outras.

O artigo estabelece que a cidade de Araguaína se encontra dentro da “nova questão social” trazida por Castel (2015), por apresentar uma massa de desfiliaados e inimpregáveis crescente, verificado nos dados do aumento no acesso ao bolsa família e nas condições de pobreza ou extrema pobreza. Outro aspecto que demonstra essa condição é o número de trabalhadores informais. Assim, percebe-se que apesar da situação, muitas vezes, adversas do assalariamento, a falta de labor acaba por caracterizar disposição ainda mais perversa, pois o pouco de acesso ao bem-estar social é dizimado pela falta do contrato de trabalho. Ainda enfatizando o autor, os supranumerários (desfiliaados) perdem não somente o status de validade social, por não produzirem bens para o capital, como também acabam por desestabilizar ou nem constituir relações sociais e afetivas, uma vez que a estruturação atual ocorre em torno do ‘trabalho’.



Contraditoriamente, Araguaína é marcada, de um lado, por uma parcela significativa de sua população em situação severa de vulnerabilidade social, por outro é também a cidade do consumo, atraindo um público comprador de seu entorno, que a faz ganhar aspectos de grande movimentação financeira e de riqueza. Nesse sentido Bauman (2008) deve ser mencionado, ao demonstrar que a sociedade do consumo é justamente esta em que a aparência fala mais que a essência, ou seja, Araguaína parece ser uma cidade imponente, com IDH alto e de crescimento acima da média brasileira, mas esconde em suas entranhas, longe das ruas de comércio, uma precariedade social, educacional e uma crise no mundo trabalho.

A precarização é dada não somente pelo mundo do trabalho, mas também pela falta de condições de saneamento básico, perceptível pelas fossas sépticas nas calçadas, pelos alagamentos em decorrência da inexistência de sistemas de captação de chuva, e até mesmo pela limpeza urbana, que apesar de existir, padece do baixo nível de orientação à população, que não tem informações sobre descarte adequado de lixo, entulho, etc.

Todos estes elementos apresentados colocam a cidade de Araguaína não somente no lugar de cidade média, mas também no que se configura como contemporaneidade. Os aspectos típicos do mundo líquido se fazem presentes na localidade construindo situações de desestabilização dos modos de manutenção de vida, instabilidade nos modos de ser e estar no mundo, uma vez que cada um está apartado dos círculos sociais, seja pelo não pertencimento aos modos de produção ou pelo individualismo demonstrado pelas relações efêmeras, superficiais e mediadas por *gadgets*.

Percebe-se em Araguaína justamente a dualidade entre pólos que se expressam na contemporaneidade, a saber, o 'excesso' e a 'privação'. O primeiro (excesso) como resultado do hiperconsumo e da sedução dos produtos criados para grandes massas, que se expressam pela potência do marketing em conectar distração e felicidade a obtenção de bens de consumo pouco duráveis. O segundo (privação) sendo cada vez mais acentuado pelo desamparo social estabelecido pela lógica neoliberal, a sensação de insegurança fabricada pelo individualismo e pela busca constante de status gerado por produtos, a falta de conectividade real com outros seres humanos que produzam afeto e amor capazes de constituir uma existência que faça sentido ou até mesmo a falta de historicidade que auxilia no estabelecimento de essências às realidades (CANIATO, NASCIMENTO, 2010).

Um debate importante é que os "sobrantes" desta sociedade, na lógica da contemporaneidade, não servem nem para serem explorados, pois não tem serventia para



um mundo que cada vez mais se automatiza e diminui os postos de trabalho, produz-se assim uma sub-cidadania por serem “descartáveis” ao social. Essa desagregação da sociedade na contemporaneidade pode se esgarçar e provocar rupturas no laço social. Os sintomas dessa rasgadura social podem ser sentidos no número significativo de violência e adoecimentos emocionais.

Infelizmente, a cidade de Araguaína não está fora deste contexto do mundo contemporâneo, apesar de ser menor e estar distante de grandes centros de referência nacional, sofre das mesmas mazelas sociais impostas pelos limites do capital. Resta saber o quanto pode permanecer neste contexto sem que as fraturas sociais comecem a provocar rupturas em todo tecido social com consequências ainda imprevisíveis. Tal contexto se adensa frente aos novos debates políticos, no qual a flexibilização do trabalho e da previdência, pode auxiliar no aumento das fissuras já tão bem-postas pela submissão humana ao mundo do mercado. Assim, vê-se uma vulnerabilidade social inerente na estrutura socioeconômica, nas condições dadas pela contemporaneidade e especificamente nos elementos de configuração da cidade de Araguaína.

Referências:

- AMORIM FILHO, Oswaldo & SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: **Cidades médias brasileiras**. Editora IPEA, 2001. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3081?mode=full>. acesso em 06/03/2019.
- BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da Política**. Rio de Janeiro, Zahar 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro, Zahar 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro, Zahar 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo**. Rio de Janeiro, Zahar 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **Cegueira Moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida**. Rio de Janeiro, Zahar 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **Babel: entre a incerteza e a esperança**. Rio de Janeiro, Zahar 2016.
- BRASIL, IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Regiões de influência das cidades - 2007. Rio de Janeiro, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Diretoria de Geociências, 2008.



BRASIL, IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE- Cidades, 2018. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/panorama> . Acesso em 12/03/2019.

BELFORE-WANDERLEY, Mariangela. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2013.

CANIATO, Angela Maria Pires e NASCIMENTO, Merly Luane Vargas. A subjetividade na sociedade de consumo: do sofrimento narcísico em tempos de excesso e privação. **Arq. bras. psicol.** [online]. 2010, vol.62, n.2 [citado 2019-03-13], pp. 25-37 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000200004&lng=pt&nrm=iso .

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. Petrópolis, Ed. Vozes, 2015.

CONTE, Cláudia Heloisa & FRESCA, Tania Maria. Cidades médias: percursos conceituais e realidade – o exemplo de Foz do Iguaçu – PR. In: **Revista Geografar** Curitiba, v.6, n.1, p.192-211, jun./2011 p. 195 a 2011.

GARCIA, Ricardo Alexandrino. **A evolução das áreas de influência demográfica e econômico-demográfica dos pólos econômicos brasileiros entre 1980, 1991 e 2000**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. 39p. (Texto para discussão ; 224)

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Desafio do Desenvolvimento. O que é? Amazônia Legal, 2008. Disponível: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28&Itemid=23 . Acesso em 11/03/2019.

JUNIOR, Evaldo Gomes & NASCIMENTO, Humberto Miranda. A centralidade do município de Araguaína – TO na Amazônia Oriental. In: **Anais do XIII Seminário Internacional RII & VII Taller de Editores de RIER**. 01 a 04 de setembro, 2014. Salvador, Brasil.

LIMA, Juscelino Gomes. Cidades médias brasileiras a partir de um novo olhar denominacional e conceitual: cidades de comando regional. In: **Anais do XVII ENAMPUR – Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional?** Sessão temática 1: Novas dinâmicas de estruturação urbano-regional. São Paulo: 2017.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. A construção da rodovia BR – 153 na fronteira e urbanização da cidade de Araguaína, Tocantins. In Novo Cadernos NAEA. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20 n. 3, p. 97-114, set-dez 2017. Belém, UFPA.

SODRÉ, Roges & RAMIRES, Júlio César de Lima. Contribuições ao estudo de cidades médias: Araguaína, Gurupi e Palmas, no Tocantins. In: **Novos Cadernos NAEA**, v. 20 n. 1, p. 169-188, jan-abr 2017. Belém, UFPA.



STEINBERG, Marília & BRUNA, Gilda Collet. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: **Cidades médias brasileiras**. Editora IPEA, 2001. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3081?mode=full>. acesso em 06/03/2019.

VICENTE, MM. História e comunicação na ordem internacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b3rzk/pdf/vicente-9788598605968-08.pdf>, consultado em 05/03/2019.